

AUDIÊNCIA PÚBLICA
REQUERIMENTO Nº , DE 2016
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Solicita realização de Audiência Pública,
com a presença do seguintes convidados:
Guilherme Schelb, Denise Frossard e
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal c/c os Artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecerem a esta COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DOS JOGOS NO BRASIL (PL 442/91), em reunião de audiência pública, para debater a respeito das consequências da liberação dos jogos de azar no Brasil, a avaliação das seguintes autoridade:

- Guilherme Schelb, Procurador da República
- Denise Frossard, magistrada e ex-deputada
- Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, Doutor em Direito e professor da FGV.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme os defensores da legalização, a medida poderia gerar arrecadação de R\$ 20 bilhões ao ano para o País. No entanto, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu nota técnica alertando sobre os riscos da legalização dos jogos de azar. “Esta projeção [de R\$ 20 bilhões] é absolutamente inflada, já que quando os bingos estiveram na legalidade durante a vigência da Lei Pelé, entre 1998 e 2002, os valores de fato não chegaram sequer a 1% dessa cifra, devendo se perquirir se os valores efetivamente arrecadados pelo poder público compensariam os gastos com o tratamento dos viciados patológicos e os efeitos nefastos sobre as famílias arruinadas pelas dívidas de jogo”.

Os brasileiros contrários à legalização dos jogos de azar assinalam que no guarda-chuva dessa prática existe o crescimento de suicídio de apostadores devedores, incentivo à prostituição, facilitação do uso de drogas e o perigo da lavagem de dinheiro. O procurador da República, Deltan Martinazzo Dallagnol, afirma ser inviável o controle da lavagem de dinheiro e da sonegação dos tributos dos bingos.

Nesse sentido, se faz necessário o debate sobre o tema para avaliar e discutir se a legalização dos jogos é a melhor maneira de aumentar a arrecadação ou se os danos sociais serão de tamanha proporção de modo a inviabilizar a efetividade da lei.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB/PR)